

**A DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: ENTRE UMA
CONTINUIDADE DE FORMAÇÃO E AS DIFICULDADES DE UMA EDUCAÇÃO
PERMANENTE**

Marina Castilho Terreri, Jaqueline Costa Castilho Moreira

Eixo 2 - Projetos e práticas de formação continuada
- Relato de Pesquisa - Apresentação Oral

Educação em Saúde envolve um conjunto de saberes de diversas áreas que impulsionam reflexões e debates sobre políticas públicas e cultura. Na perspectiva da alimentação adequada, as noções de nutrição, alimentação e saúde esbarram em questionamentos referentes à construção de hábitos alimentares nas escolas, ambiente bastante propício por meio do desenvolvimento de projetos, intervenções e programas em larga escala. O objetivo do estudo foi investigar a disseminação dessas noções no âmbito escolar e, como os sujeitos educacionais foram respaldados ou não para desenvolverem essas intervenções. Utilizou-se a “pesquisa descritiva”, desenvolvida a partir de prescrições e experiências docentes publicadas em revistas acadêmicas. Dentre elas: “Programa de Saúde” existente nos Guias curriculares propostos para as matérias de núcleo comum do primeiro grau; um relato de Orientação Técnica sobre “O estudo dos alimentos” e a campanha da “Política Nacional de Alimentação e Nutrição” (PNAN). Também foram descritas intervenções documentadas em uma escola pública estadual de Ribeirão Preto/SP sobre as “Cartilhas da Nutrição Fome Zero” distribuídas na unidade, a “Horta Escolar e a Horta Medicinal” e o “Projeto Sirva-se”. Os projetos apresentados caracterizaram-se por abarcar a alimentação e hábitos saudáveis; efetivando-se nas unidades pela iniciativa, apoio, envolvimento e engajamento da própria comunidade escolar, enquanto encabeçados por algum sujeito educacional responsável pelo seu desenvolvimento dentro de um período de tempo delimitado. A concretização da Educação Alimentar e Nutricional ainda é sutil no âmbito das escolas e demonstra como são fundamentais e incentivos à sua implementação para que se tornem projetos permanentes. Palavras chaves: Educação Alimentar. Formação. Projeto

A DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: ENTRE UMA CONTINUIDADE DE FORMAÇÃO E AS DIFICULDADES DE UMA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Marina Castilho Terreri. UNIFESP, Campus da Baixada Santista; Jaqueline Costa
Castilho Moreira. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de
Presidente Prudente.

Introdução

A Educação em Saúde envolve um conjunto de saberes de diversas áreas que impulsionam reflexões e debates sobre políticas públicas e cultura. Como “Tema Transversal” do currículo, o contato com estes saberes deve levar os alunos a construir sua própria concepção sobre nutrição, saúde e alimentação, de forma ampliada. O que significa promover permanentemente no espaço escolar, conhecimentos específicos sobre saúde bucal, consumo de drogas, autoconhecimento para o autocuidado, higiene corporal e alimentação adequada (BRASIL, 1998).

Na perspectiva da alimentação adequada, as noções de nutrição e saúde esbarram em questionamentos referentes à construção de hábitos alimentares pela cultura familiar, sendo esses hábitos edificados pelo efeito da mídia e da publicidade que tendem a incentivar o consumo de produtos de alto valor energéticos, ricos em açúcares e gorduras e de baixo valor nutritivo. (BRASIL, 1998).

Para a disseminação e debate sobre esta temática, o ambiente escolar tem sido considerado um território bastante propício. As escolas permitem aos sujeitos educacionais (professores, gestores e funcionários) uma interação longitudinal com os alunos, suas famílias e comunidade escolar garantindo certa continuidade de ações por um período de tempo possível de promover um “repensar” em hábitos, atitudes e comportamentos na perspectiva da Educação Alimentar e Nutricional.

Segundo Schmitz *et al* (2008), o educador deve ser um facilitador, que sabe utilizar várias estratégias, com conhecimentos e habilidades sobre a promoção de alimentação saudável e capaz de incorporar esses saberes ao seu fazer pedagógico, dentro e fora da sala de aula.

Entretanto em muitas unidades escolares, o perfil proposto de facilitador revela-se uma idealização teórica. Um sujeito educacional ao assumir o papel e a responsabilidade de desenvolver conteúdos extras de forma voluntária e sem

suporte de seus pares, bem como vivenciá-los na prática; corre o risco de sobrecarregar seu trabalho educacional específico, aquele pelo qual foi contratado. Resistência ou vicissitude que associada a outras imprevisibilidades que ocorrem nos intramuros escolares reduzem a adesão de docentes neste tipo de iniciativa. Assim, poucas dessas atividades acabam sendo efetivadas.

Discussões sobre adoção e manutenção de hábitos alimentares saudáveis e redução de complicações relacionadas à inadequação alimentar, quando são propiciadas apenas por iniciativas individuais, muitas vezes tornam-se proposições pontuais, dispersas e ineficientes por sua descontinuidade. Concordam Juzwiak; Castro; Batista (2013) ao asseverarem que a integração entre todos os sujeitos envolvidos no processo é um dos vários desafios para o êxito deste tipo de propositura, enfatizando ainda a importância da interdisciplinaridade e do trabalho pedagógico participativo.

Dessa forma, a ação simultânea entre ambiente saudável, participação dos serviços de alimentação e saúde e de educação para a saúde (SCHMITZ *et al*, 2008; BERNARDON *et al*, 2009) caracterizam a promoção da saúde no ambiente escolar, bem como o necessário envolvimento dos vários sujeitos educacionais em uma mobilização coletiva, com um espaço para conhecimento e reflexão e, um tempo, o que o caracteriza como um saber que precisa de permanência na escolarização por meio do incentivo da Educação Continuada.

Considerada inicialmente como atualização de conhecimentos por meio de novas metodologias, aperfeiçoamento na qualificação de formação, “reciclagem”, orientação técnica e instrumental e até mesmo um aprimoramento para o trabalho; a Educação Continuada assumiu uma capacidade de se remodelar “frente às incessáveis mudanças ocorridas nas ações e nos serviços de saúde, tendo uma íntima ligação com a política de formação dos profissionais e dos serviços”, ganhando o *status* de política pública distinguindo-se em Educação Permanente (MASSAROLI; SAUPE, 2008, p. 03).

Transitando entre os conceitos anteriormente explicitados, o objetivo do estudo foi investigar a disseminação de noções de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar e, como os sujeitos educacionais foram respaldados ou não para desenvolverem intervenções em suas unidades escolares.

Metodologia

Utilizou-se a “pesquisa descritiva” a partir do levantamento de prescrições e de relatos de experiências docentes relacionados à Educação Alimentar e Nutricional, publicadas em revistas acadêmicas e das intervenções documentadas

na coletânea de projetos pedagógicos sobre o tema, existentes em uma escola pública estadual, do município de Ribeirão Preto/SP.

Os critérios para levantar a bibliografia referente aos relatos publicados foram a articulação entre o tema Educação Alimentar e Nutricional e a instrumentalização docente por meio de cursos, capacitações, orientações técnicas, oficinas, material didático, material educativo ou instrucional.

Já os projetos pedagógicos foram provenientes de uma escola da rede estadual, fundada em 1976. A unidade começou a funcionar ocupando as instalações de outro prédio escolar. No ano seguinte mudou-se para sua atual sede, localizada à aproximadamente cinco quilômetros do centro da cidade, em bairro comercial/residencial e próximo a duas comunidades. Entre 2001-2006, datação dos projetos pesquisados em seu acervo para a confecção desta investigação, chegou a atender em torno de 870 alunos de Ensino Fundamental, com faixa etária variando entre cinco a quinze anos em dois turnos letivos.

No caso das intervenções direcionadas à Educação Alimentar e Nutricional observou-se que foram realizadas por professores de disciplinas variadas partindo de demandas orquestradas pelo programa federal “Cartilhas da Nutrição Fome Zero” do Fundo Nacional de Desenvolvimento de 2001; do “Projeto Horta Escolar” disseminado pela Secretaria da Educação Estadual realizado na escola entre 2003 a 2007 e o projeto “Sirva-se” idealizado pela gestão da unidade, iniciado em 2004 até os dias atuais.

Acredita-se que o mapeamento das experiências ocorridas, suas descrições, análises e interpretações possam colaborar com a compreensão de como as noções de nutrição, alimentação e saúde vem sendo escolarizadas pelos sujeitos educacionais, bem como identificar suas fragilidades neste contexto.

Educação Alimentar e Nutricional: orientação e aperfeiçoamento profissional dos sujeitos educacionais

Enfocando o professor como principal mediador de saberes e competências para estimular o interesse e a participação da comunidade em projetos pedagógicos; no caso da Educação Alimentar e Nutricional há necessidade de instrumentalizá-lo (SCHMITZ *et al*, 2008; BERNARDON *et al*, 2009; JUZWIAK; CASTRO; BATISTA, 2013).

Segundo Palma Filho e Alves (2003) não foram encontrados registros de ação sistematizada do poder público no aprimoramento de profissionais atuantes no campo educacional até o início da década de 1970.

Diferentemente do viés assistencialista da Campanha da Merenda Escolar (1955), posteriormente Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que não é o enfoque deste estudo; como projeto pedagógico educativo no âmbito das escolas, a Educação Alimentar e Nutricional foi abordada diferenciadamente nos estados e municípios.

No Estado de São Paulo existem registros da década de 1970 em Diário Oficial e documentação didática que indiciam não somente a intenção da Secretaria de Educação em apresentar inovações curriculares, normatizar práticas pedagógicas de acordo com o pensamento hegemônico da época (SOUZA *et al*, 1999, p. 237); mas também uma preocupação com o aperfeiçoamento do corpo docente atuante na rede estadual pública. A confecção dos “Guias curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do primeiro grau” (SÃO PAULO, 1973) pelo grupo do Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais (CERHUPE), após a reforma educacional de primeiro e segundo graus de 1971, apontavam “temas de referência e sugestões a serem desenvolvidas pelos professores, em acordo com as condições de suas unidades escolares” (MOREIRA, 2013, p.80).

Dentre eles, havia o Programa de Saúde que abordava: “Crescimento e desenvolvimento”; “Higiene física, mental e social”, “Agravos à saúde” e “Nutrição”; por ser um dos pontos que a rede estadual paulista julgava fundamental “em virtude da influência da nutrição no crescimento e desenvolvimento do ser humano e da importância dos conhecimentos a respeito da satisfação das necessidades nutritivas” (SÃO PAULO, 1973, p.155). O desenvolvimento de práticas de ensino por meio deste material não foi abordado neste estudo, porque não existem registros na escola investigada, já que sua fundação foi em período posterior, quando este material não mais circulava.

Além dos “Guias”, identificados pela comunidade escolar da época como “Verdão”, o CERHUPE promoveu um programa de capacitação docente em massa, com intuito de direcionar os professores, definirem os resultados a serem alcançados e possibilitarem que algumas das práticas sugeridas pudessem ser vivenciadas antes do seu desenvolvimento nas unidades escolares (FERNANDES, 2010).

Segundo Moreira (2013), os professores indicados pelas unidades escolares de cada disciplina, eram convocados por meio de Diário Oficial para participarem de seminários do Programa de Orientação Educacional para a utilização dos “Guias”. Obedecendo a uma periodicidade de encontros por área, os professores de todo o

Estado compareciam às reuniões de capacitação pagas pela Secretaria de Educação, na cidade de São Paulo.

Em seus estudos sobre formação continuada, Palma Filho e Alves (2003) apontaram que muitas das ações de treinamento e capacitação docentes passaram a ser desencadeadas pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), repartição que substituiu o CERHUPE na Secretaria da Educação paulista.

Em concomitância as iniciativas da CENP, as Delegacias de Ensino por meio de Orientações Técnicas também ampliaram e diversificaram sua atuação no aperfeiçoamento profissional dos professores. Palma Filho e Alves (2003, p. 281) descreve que este processo envolveu gradativamente a “CENP/Universidades/Delegacias de Ensino” e os profissionais da rede pública.

Foi encontrada a publicação de um relato de Orientação Técnica para professores de Química de 1996, sobre o tema “O estudo dos Alimentos” (SICCA, 1997). O treinamento/aprimoramento feito em seis reuniões de professores foi realizado por uma parceria entre a Delegacia de Ensino de Ribeirão Preto e uma docente da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP- Ribeirão Preto), em atendimento à CENP.

Embora não se tenha registros da participação de professores da escola investigada nesta Orientação Técnica específica, é possível inferir que aos poucos a disseminação deste tipo de conhecimento passou a ser valorizada no contexto escolar do município.

No cenário nacional, Santos (2005, p. 684) considera a instituição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 1999, como “uma das expressões que oficializam a busca de uma nova direção das políticas de alimentação e nutrição no final da década de 1990”.

No entanto a autora critica a PNAN, justificando que a campanha realizada através dos meios de comunicação de massa e de materiais educativos e instrucionais, não “faz alusão à importância da capacitação em educação, em abordagens educativas apropriadas, apenas em conteúdos técnicos de alimentação e nutrição” (SANTOS, 2005, p. 685). Infere-se que este conhecimento circulasse no âmbito escolar neste período, pela valorização e iniciativa espontânea e própria de alguns docentes.

Outra importante estratégia oficial apontada pela autora foi a proposta do Programa Fome Zero de 2001; que segundo a autora “corrobora as proposições da promoção de práticas alimentares saudáveis da PNAN” (SANTOS, 2005, p. 686).

O “Fome Zero” (FOME, 2001; INSTITUTO, 2001) realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento, iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome e Ministério da Educação e Instituto da Cidadania, propunha uma posição ativa do poder público no estabelecimento de campanhas publicitárias e palestras que traziam duas novidades, a concepção de educação alimentar e educação para o consumo e a obrigatoriedade da inserção desta temática no currículo escolar de primeiro grau.

Objetivando a erradicação da fome no Brasil, programas como “Bolsa-família” entre outros associados à veiculação de campanhas educativas com distribuição maciça de material instrucional em todas as escolas do país, faziam parte de uma série de iniciativas do governo federal (FOME, 2001).

A ambiguidade existente no país entre os bolsões de fome e regiões de superalimentação e consumo foi considerada um aspecto que deveria ser tratado nas peças publicitárias destinadas ao público escolar, nomeadas como Cartilha da Nutrição “Fome Zero”. Utilizando os personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo de Monteiro Lobato, na época também personagens da novela infantil de mesmo nome veiculada em rede de televisão; foi encontrado no acervo da escola projetos de Educação Alimentar e Nutricional que utilizavam as Cartilhas de alunos e professores “Fome Zero” de 2003-2006. Dessa forma, houve a possibilidade de acompanhar, como essa proposta foi escolarizada.

a. Cartilhas da Nutrição Fome Zero na unidade escolar investigada

O plano de gestão da unidade estudada de 2003 englobava o uso adaptado das Cartilhas, para um público entre 9 -11 anos. As metas descritas pela escola eram audaciosas, tais como levar os alunos a refletirem sobre o problema alimentar do Brasil; conceituarem o que é ser saudável; conhecerem a origem, a composição, a classificação dos alimentos; entenderem como realizar a higiene e o aproveitamento dos alimentos; assim como incentivar de que modo e por que deveriam se alimentar bem.

Neste ano, trabalhando com alunos entre 10-11 anos, uma docente engajou-se nas propostas de Educação Alimentar das Cartilhas. Desenvolveu intervenções que tinham como objetivos possibilitar que seus alunos: reconhecessem a importância de uma alimentação saudável; desenvolvessem a habilidade de coletar dados sobre os alimentos; investigassem o valor nutritivo dos alimentos; sem, no entanto, realizar uma avaliação específica que verificasse se as noções apreendidas na escola foram efetivamente levadas às famílias e, com isso, houvesse uma melhora nos seus hábitos alimentares.

O plano de gestão de 2003 assinalava que a escola continuaria a entrega das Cartilhas para os alunos, com o desenvolvimento das atividades junto às aulas

de Ciências, Língua Portuguesa, História, Matemática, Geografia, Artes e Educação Física.

As Cartilhas continham: apresentação, história em quadrinhos, texto com figuras sobre alimentação saudável. Em relação a estes conteúdos, percebeu-se uma similaridade aos dos Guias Curriculares da década de 1970; embora com uma roupagem muito mais atrativa ao público escolar.

A escolarização da Educação Alimentar e Nutricional via Cartilhas não foi efetivada nesta unidade escolar devido ao atraso e interrupção da distribuição dos materiais e ausência de envolvimento com a continuidade do programa, embora constasse em seu plano de gestão. Acrescentou-se a essa problemática, a inadequação de conteúdos para a faixa etária indicada no projeto de gestão; que não dominava determinados processos e conceitos, como o de “metabolismo de proteínas”, entre outros.

Assim as Cartilhas, vistas como “revistinhas” (conforme declarado pelos alunos) eram levadas para suas casas e na ausência de um efetivo trabalho pedagógico, o residual de ensino-aprendizagem do material ficou no nível de lazer, divertimento e passatempo; o que demonstrou certa superficialidade, em termos de escolarização das questões da Educação Alimentar e Nutricional implementado nesta unidade.

Outro aspecto relevante foi evidenciado no estudo de Santos (2005) quanto à forma como a campanha publicitária foi desenvolvida. Para a autora, as habilidades e competências requeridas dos sujeitos educacionais na disseminação da proposta foram mais de comunicadores do que de educadores: “Os profissionais são vistos como veiculadores de informações, mais do que como sujeitos das ações educativas na promoção das práticas alimentares saudáveis” (SANTOS, 2005, p. 689).

Sem uma sintonia adequada entre os conteúdos disseminados nas Cartilhas, tanto para os professores como para os alunos não houve sua sustentabilidade como um projeto de escolarização permanente.

b. Horta Escolar e Horta Medicinal: a criatividade docente viabilizando a promoção da alimentação saudável

A realização de projetos de Horta Escolar iniciou a partir de 2001, com ações descentralizadas e individualizadas de algumas secretarias municipais pelo Brasil, com apoio do PNAE. O empenho dos sujeitos educacionais com a Horta Escolar tem estimulado a noção da importância dos alimentos *in natura*; a percepção e agregação de valores aos elos da cadeia de sua produção, além de estimular a

opção pelo consumo de alimentos naturais, como um hábito saudável. Também tem desenvolvido a socialização entre professores, funcionários das escolas, alunos e seus familiares, envolvendo a comunidade escolar num processo de valorização da Educação Alimentar e Nutricional.

Influenciados pela circulação de ideias de promoção de alimentação saudável e incentivados pela implantação de uma horta escolar na unidade; também no ano de 2003, o plano de gestão da escola declarava como metas a otimização da grande área verde disponível (BARBOSA; MOREIRA; SANT'ANA, 2007).

Era objetivo da direção, transformar a horta escolar em um espaço de ensinar e aprender, sobretudo na formação de valores e atitudes relativos à preservação das plantas e do meio ambiente em geral; estimular a prática pedagógica do professor fora do ambiente de sala de aula, valorizar a participação ativa do aluno, como elemento do desenvolvimento de sua autoestima e orientar as crianças quanto à ordem e à limpeza, fatores de preservação do meio ambiente. Ideário existente na descrição do Tema Transversal Saúde.

Para tanto, as ações assinaladas no plano de gestão envolviam atividades de jardinagem; implantação de uma horta escolar e a instituição do projeto “Vigilantes da Limpeza”. Como as atividades relativas à horta escolar dependiam da decisão anual do Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres (APM), quanto à sua viabilidade, uma vez que necessitavam de mão-de-obra especializada, e envolvimento da comunidade escolar; o projeto entre 2003 e 2007, teve algumas descontinuidades.

Essa dificuldade da unidade não foi singular, já que este tem sido um discurso coletivo de outras escolas que implantaram a Horta. Tornou-se recorrente apresentar a adesão ao projeto (implantação, manutenção e sustento, por toda a comunidade escolar) como um trabalho de difícil gestão. Assim a escolarização da educação alimentar através da Horta Escolar, tem apresentado uma série de aspectos positivos; embora o engajamento da comunidade e gestão deste envolvimento, tem sido a justificativa para desistência.

No caso desta unidade específica, como consequência das dificuldades de consolidação a horta escolar; por iniciativa das professoras de Português e Matemática de 2º Ciclo do Ensino Fundamental foi desenvolvida a “Horta Medicinal” durante quatro meses do ano de 2006, com alunos entre 11-14 anos. Apesar de estar mais voltada para a medicina popular; sua relevância concentrou-se na viabilidade do projeto, por demandar pouco espaço físico e um envolvimento, mais das professoras e de seus alunos, do que propriamente da comunidade escolar.

Ervas e temperos naturais produzidos na própria unidade por meio das “Hortas Medicinais”, mesmo que cultivados em pequenos vasos ou *pets* fazem parte de conteúdos de educação alimentar, por colaborarem na formação e consolidação pelo paladar, por incentivarem a redução do consumo de sal e de temperos industrializados, promovendo hábitos alimentares saudáveis.

Na perspectiva da continuidade de formação vale destacar que os resultados obtidos com o Projeto “Horta Medicinal”, tornaram-se um trabalho acadêmico de conclusão do Curso Teia do Saber do mesmo ano, sendo que as docentes apresentaram o trabalho no 3º Congresso de Educação Teia do Saber, ocorrido na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).

Ainda em relação às Hortas Escolares, com uma breve pesquisa empírica é possível recuperar uma série de relatos de implantação em várias escolas brasileiras. Iniciativas pulverizadas que mesmo com os percalços continuam sendo realizadas. Em meados de 2007, por meio de uma articulação entre FNDE, o PNAE, o MEC e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, foi implementado o “Projeto Educando com a Horta Escolar” (PROJETO, 2009), de abrangência nacional, programa que se estendeu até 2010; não sendo abordado neste estudo.

c. A aquisição de um balcão térmico pela gestão e o Projeto Sirva-se

Outra intervenção realizada na escola foi o projeto “Sirva-se”, que começou a ser implantado em 2004 (BARBOSA; MOREIRA; SANT’ANA, 2007). Anteriormente a compra de um balcão térmico, as crianças eram servidas e os alimentos, não mantinham sua temperatura. Conforme consta no projeto de gestão, o objetivo geral deste projeto era aperfeiçoar as condições de oferecimento da merenda escolar para seu público. Como objetivos específicos, o projeto “Sirva-se” visava colaborar para a formação de hábitos alimentares saudáveis; ao incentivar a higienização das mãos dos alunos antes das refeições; ao estimular a autonomia de ação das crianças. Índícios que eram observáveis em suas atitudes, pela avaliação de suas escolhas alimentares, realizadas ao servirem-se no balcão.

A descrição do projeto explicitava que os alunos de ensino fundamental da escola, não estavam somente preocupados com os seus desejos, mas também na satisfação de suas necessidades diárias de alimentação (vitaminas, minerais, fibras, por exemplo), na qualidade que os satisfaria e repetindo o alimento quando quisessem. Segundo o projeto, a melhoria na postura alimentar dos alunos, tanto física quanto psicológica, durante as refeições refletiram em hábitos de respeito pelas pessoas que preparavam a alimentação, pelo papel do homem do campo que

produzia o alimento, dos profissionais que forneciam o alimento; e pelo ambiente que deveria ser acolhedor para o horário da merenda, gerando colaboração e senso crítico.

O método empregado pela escola foi o caminho inverso descrito em outros projetos com uso de balcão. Na unidade o balcão foi disponibilizado em simultaneidade à escolarização de noções de saúde, higiene e alimentação adequada. Diferentemente de outros projetos que realizam previamente uma preparação dos alunos, na higienização das mãos, educando-os com relação ao balanceamento, quanto aos tipos de alimentos, as quantidades enfim proporcionando conteúdos de educação alimentar, para depois disponibilizar o uso do balcão (BARBOSA; MOREIRA; SANT'ANA, 2007).

A observação dos alunos sem o sentido de fiscalização; tem permitido a avaliação eficiente da qualidade da refeição, dos hábitos alimentares discentes, de suas preferências, além do cálculo de demanda e de desperdício de alimentos; fundamentais para confecção do orçamento da escola. Acrescentou-se a análise da escolarização desse saber, as trocas realizadas entre os estudantes na hora da refeição, como o incentivo a experimentação de novos alimentos ou novas formas de preparações.

Apesar de todos os benefícios, a compra de um balcão térmico também envolve um empenho financeiro, muitas vezes da própria unidade escolar em conjunto com a comunidade e Associação de Pais e Mestre; além da disponibilização de um espaço físico que comporte o balcão, cuidados com higienização, controle de temperatura, manutenção para prevenção de acidentes.

Embora o balcão térmico possa representar um atrativo para a escolarização da Educação Alimentar, sua inexistência não deveria tornar-se um obstáculo para desenvolver os mesmos conteúdos, no momento da disposição da merenda aos alunos.

CONSIDERAÇÕES

A aproximação das políticas públicas com as práticas de ensino demonstram acordos e resistências na escolarização de conteúdos como as noções de nutrição, alimentação e saúde.

Os projetos apresentados caracterizaram-se por abarcar a alimentação e hábitos saudáveis; efetivando-se nas unidades pela iniciativa, apoio, envolvimento e engajamento da própria comunidade escolar, enquanto encabeçados por algum sujeito educacional responsável pelo seu desenvolvimento dentro de um período de tempo delimitado.

A concretização da Educação Alimentar e Nutricional ainda é sutil nas escolas e demonstra como são fundamentais oficinas, cursos de atualização e aprimoramento, capacitação para educadores e agentes da merenda assim como a criação de metodologias e incentivos à sua implementação e apoio para que se tornem projetos de Educação Permanente.

REFERÊNCIAS

- BERNARDON, R. *et al* . Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 22, n. 3, Jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 jan. 2014.
- BARBOSA, E.C.C; MOREIRA, J.C.C.; SANT'ANA, A.M. **E.E. Dr. Edgardo Cajado:** Revelando uma década da história de nossa escola, 2007. Ribeirão Preto/SP: [s.n.], 2007. f. 428.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Apresentação dos Temas Transversais/Saúde. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>>. Acesso em 25 jan 2014.
- FERNANDES, A. A política educacional da rede pública estadual paulista e a presença do professor de educação física nas séries iniciais do ensino fundamental. **Conexões:** Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 8, n. 1 , p. 110-118, jan./abr. 2010.
- FOME Zero. Programas e Ações. 2001. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoes>>. Acesso em 23 jan. 2014.
- INSTITUTO da Cidadania. Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo, 2001. Disponível em:<www.fomezero.gov.br/download/livro_projeto%20fome.pdf>. Acesso em 23 jan. 2014.†
- JUZWIAK, C. R.; CASTRO, P. M.; BATISTA, S. H. S. S.. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, Abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 jan. 2014.
- MASSAROLI, A.; SAUPE, R. **Distinção conceitual:** Educação Permanente e a Educação Continuada no processo de trabalho em Saúde. 2008. Disponível em:<

<http://www.abennacional.org.br/2SITE/Arquivos/N.045.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2014.

MOREIRA, J.C.C. **Saberes em campo**: a configuração do ensino escolar da Educação Física no Estado de São Paulo (1964-1985). 2013. 309f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030079P2/2013/moreira_jcc_dr_arafcl.pdf>. Acesso em 03 out. 2013.

PALMA FILHO, J. C.; ALVES, M.L. Formação Continuada: Memórias. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.) **Formação de professores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2003, pp. 279-296.

PROJETO Educando com a Horta Escolar. **Alimentação e Nutrição: Caminhos para Uma Vida Saudável**. Caderno 3. 2.ed. Brasília: PEHE, 2009.

SANTOS, L. A. S. Educação Alimentar e Nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 5, Out. 2005. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n5/a11v18n5.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2014.

SÃO PAULO (estado). Secretaria da Educação. Centro de Estudos Humanos e Pesquisas Educacionais Prof. Laerte Ramos de Carvalho. **Guias Curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do ensino de primeiro grau**, São Paulo: CEHURP, 1973. 234 p.

SCHMITZ, B. de A. S. *et al* . A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, supl. 2, 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csp/v24s2/16.pdf>. Acesso em 25 jan. 2014.

SICCA, N. A. L. Formação continuada de professores de química: um programa voltado para a construção do conhecimento escolar. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 12-13, Ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1997000100011>. Acesso em 25 jan. 2014.

SOUZA, R.F. et al. Guias curriculares: materiais de orientação docente ou de controle do Estado? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 195, p. 233-243, maio/ago., 1999. Disponível em:< <HTTP://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/artivle/viewFile/180/180>>. Acesso em: 14 jan. 2012.